

Trabalhadoras Informais se Mobilizando pelo Cuidado das Crianças

por Rachel Moussié

Pesquisas recentes da WIEGO e de organizações de base (OBs) no Brasil, Gana, Índia, África do Sul e Tailândia mostram que as trabalhadoras informais necessitam de serviços de cuidados infantis de qualidade para que possam trabalhar e ganhar dinheiro suficiente para sustentar suas famílias (Alfers 2016). Sem um lugar seguro para deixar seus filhos durante o dia, as vendedoras de rua podem ter que levar seus filhos com elas enquanto vendem seus produtos em mercados lotados e na beira de estradas e as trabalhadoras domiciliares acham difícil cuidar de seus filhos e filhas e trabalhar ao mesmo tempo. As trabalhadoras domésticas migrantes podem ter que deixar os seus filhos e filhas com membros da família estendida enquanto trabalham noutra cidade ou país. Para catadoras de material reciclável, lixões não são locais seguros para suas crianças e podem ter que deixá-los em casa, mesmo sem vigilância. Outras podem nem ir trabalhar; como uma catadora do Brasil disse: “Sem creche, eu não posso ir trabalhar. Quando não tem creche, não trabalho” (Alfers 2016). A maioria das trabalhadoras domésticas e muitas cuidadoras de crianças são, elas mesmas, trabalhadoras informais sem os salários, as condições de trabalho e a proteção social necessários para cuidar de seus próprios filhos e filhas.

Os benefícios relacionados à maternidade e os serviços de cuidado infantil constituem uma parte importante dos sistemas de proteção social. Esses benefícios permitem que trabalhadoras e trabalhadores tenham uma renda quando seus filhos e filhas são jovens e lhes dá tempo para cuidar deles em casa. Isso é particularmente importante para as trabalhadoras, que são mais responsáveis pelos cuidados infantis e pelo trabalho doméstico do que os homens. Para bebês e crianças pequenas, ter mais tempo com seus pais e contar com serviços de cuidado infantil de qualidade pode ajudar no seu crescimento e desenvolvimento. Em suas organizações, as trabalhadoras informais já estão começando, de diferentes maneiras, a se mobilizar pelos serviços de cuidado das crianças. Esse informativo fornece às OBs os exemplos de como as trabalhadoras informais estão se mobilizando pelos cuidados infantis no Brasil, em Gana e na Índia. Dá ideias sobre o que pode ser feito para mudar a percepção dos governos locais e nacionais de que os cuidados infantis não são uma questão importante.



ACRA, GANA: As carregadoras informais Aisha Adam (esquerda) e Hawa Latif (direita) carregam produtos em suas cabeças no Mercado de Kantamanto. Foto: Jonathan Torgovnik/Getty Images Reportage



BELO HORIZONTE, BRASIL: Dona Geralda, uma das fundadoras da Asmare, criou 11 filhos durante um período na Asmare em que não havia creches disponíveis. Ela foi uma forte apoiadora das lutas pelos serviços de cuidado das crianças. Foto: S. Dias

Os benefícios relacionados à maternidade e os cuidados infantis para as trabalhadoras informais merecem atenção tanto das suas organizações e movimentos como das autoridades locais e nacionais.

Brasil: A Cooperativa de catadoras e catadores Asmare demanda por cuidados infantis

A Cooperativa de Catadoras e Catadores de Material Reciclável Asmare (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável) foi fundada em Belo Horizonte em 1990 e formada por antigos catadores de rua que coletam materiais de escolas, empresas e residências. A cooperativa recicla 500 toneladas de materiais por mês, incluindo papel, papelão, plásticos e metais, e os vende para indústrias privadas. Em 2002, a Asmare estabeleceu uma rede com sete outras cooperativas de catadores e catadoras para aumentar seu poder de barganha e influenciar o governo. A demanda por serviços de cuidado infantil surgiu em discussões participativas com assembleias locais porque as mulheres levavam seus filhos e filhas para trabalhar nas cooperativas. O governo, as catadoras e os catadores também queriam pôr fim ao trabalho infantil em cooperativas do setor. O governo municipal incentivou os catadores e as catadoras a discutir suas necessidades, incluindo o cuidado infantil, quando a cidade realizou o processo dos Orçamentos Participativos (Ogando e Brito 2016).

A Asmare recebeu apoio de duas ONGs: a Pastoral de Rua e a Cáritas, que junto com a administração municipal da cidade montaram um espaço dentro do centro de reciclagem onde podiam deixar seus filhos. Com o apoio do governo local e doações da Fundação Danielle Mitterand e Mendes Junior, uma empresa local, a cooperativa construiu um prédio separado ao lado de uma creche (Ogando e Brito 2016). Durante esse período no Brasil, foi dado aos municípios maior responsabilidade pelos serviços de desenvolvimento da primeira infância. Dessa forma, em 2004, as autoridades locais integraram a creche da comunidade de catadores no serviço público de creche – UMEIs (Unidades Municipais de Educação Infantil) – e agora é conhecida como UMEI Carlos Prates.

A creche UMEI Carlos Prates presta serviços de cuidado à infantil principalmente aos catadores e catadoras de materiais recicláveis informais – 70% dos lugares nessa creche são reservados para filhas e filhos de catadoras e catadores. É a única creche na cidade que fica aberta das 7h às 22h, já que os catadores e as catadoras recolhem recicláveis dos escritórios fora do horário comercial, de manhã cedo ou à noite, quando eles estão fechados. Há 27 membros treinados na equipe que trabalham em quatro turnos para se certificar de que as 80 crianças que estão na creche sejam bem cuidadas. Este exemplo mostra como um governo local comprometido e interessado, um grupo bem organizado de trabalhadoras e trabalhadores informais e organizações de apoio podem trabalhar em conjunto para estabelecer serviços que atendam às necessidades específicas das trabalhadoras e trabalhadores informais.



BELO HORIZONTE, BRASIL: Dona Maria Brás da Cooperativa Asmare. Foto: S. Dias

Gana: A Creche do Mercado de Makola

No lotado centro da cidade de Acra, as comerciantes do Mercado de Makola trazem seus filhos e filhas para a creche do mercado. A Assembleia Metropolitana de Acra (AMA) deu espaço para o centro em 1987, quando estavam construindo o novo mercado. Anteriormente, as comerciantes do mercado traziam seus filhos e filhas mais novos com elas, mas não podiam cuidar deles enquanto trabalhavam. As crianças eram vistas vagando pelo mercado e as mães ficavam preocupadas com o bem-estar delas.

No início, o centro era administrado pelo escritório da ex-primeira-dama de Gana, Nana Konadu Agyeman Rawlings, como um serviço público. No entanto, com a mudança de governo em 2000, a creche foi entregue à AMA. Durante este tempo, a qualidade do serviço de assistência à infância deteriorou-se devido à má gestão. Assim sendo, a Associação dos Comerciantes de Gana (GATA, na sigla em inglês) decidiu assumir o centro e geri-lo ela mesma. A creche é prática para as comerciantes, já que elas sabem que seus filhos estão por perto e em um ambiente seguro enquanto elas estão trabalhando. As mães podem passar nas creches durante o dia para amamentar. As carregadoras¹ (kayayei) podem igualmente deixar suas crianças na creche mesmo que não trabalhem no mercado.

Hoje, o centro acolhe 140 crianças de um a cinco anos de idade e emprega 10 professoras e professores treinados. O centro abre oficialmente às 8h da manhã e fecha às 13h,

mas às 6h da manhã muitas vendedoras e vendedores de mercado começam a chegar e deixar seus filhos e filhas com as professoras e professores. O centro pode permanecer aberto até às 18h para acomodar os horários de trabalho dos comerciantes. As crianças se beneficiam do currículo educacional aprovado pelo governo, tanto em Akan² como em inglês, e recebem uma refeição saudável na hora do almoço.

Os custos do centro são cobertos em parte por taxas mensais pagas pelos pais e uma taxa diária para as refeições. O centro permite que as trabalhadoras e trabalhadores com salários mais baixos paguem em prestações. Algumas kayayei não podem pagar a taxa mensal completa e dão apenas o que podem, enquanto o resto da taxa é coberta pela GATA. Os comerciantes e as comerciantes do mercado também apoiam o centro, trazendo legumes frescos e frutas de suas barracas, quando disponíveis. O centro é administrado por uma Associação de Pais e Mestres que também inclui as lideranças executivas do mercado. É rotineiramente inspecionado pelas divisões de educação e saúde da AMA. Há novos planos urbanos em curso para modernizar o mercado e as comerciantes do mercado estão defendendo que haja espaço nesses planos para uma creche reformada.

¹ No original, women head porters. O transporte de produtos ou mercadorias em bacias na cabeça é uma atividade informal comum em Gana, realizada principalmente por mulheres.

² Uma das línguas faladas nessa região de Gana.



ACRA, GANA: A trabalhadora informal Monica Agyei vende produtos alimentícios no Mercado de Makola. Monica é um dos mais de 2000 membros do Sindicato do Mercado de Makola, um afiliado do Congresso Sindical de Gana. Foto: Jonathan Torgovnik/Getty Images Reportage

Índia: Cooperativa de cuidado das crianças da SEWA

A Associação de Mulheres Auto Empregadas (Self Employed Women's Association, SEWA), fundada em 1972 em Ahmedabad, Gujarat, é um sindicato que representa 1,8 milhão de trabalhadoras na economia informal em 13 estados da Índia. Entre os membros da SEWA estão as trabalhadoras agrícolas, trabalhadoras da construção civil, trabalhadoras domésticas, trabalhadoras domiciliares, vendedoras de rua e de mercado, catadoras de material reciclável, entre outros. Em resposta às demandas dos seus membros, a SEWA criou centros de acolhimento de crianças em Ahmedabad, em 1986, na forma de uma cooperativa chamada "Cooperativa de Cuidados Infantis dos Trabalhadores de Sangini" (Sangini Child Care Workers Cooperative). Hoje a SEWA administra 33 creches no estado de Gujarat, 13 em Ahmedabad e 20 nas áreas rurais.

Os centros oferecem um serviço de creche integral, das 9h às 17h para se adequar às horas de trabalho das mulheres. Devido ao serviço de creche integral, a maioria das mães que trabalham (64%) que usam as creches da SEWA disseram que elas puderam aumentar o número de dias trabalhados devido ao suporte das creches. O número correspondente de trabalhadoras que utilizam os centros do governo, no Esquema Integrado de Desenvolvimento Infantil (Integrated Child Development Scheme, ICDS) é muito menor (12,5%), pois muitos destes centros só ficam abertos de duas a quatro horas durante o dia (ASK 2011). As mulheres que usam os centros da SEWA relataram um

aumento em suas rendas variando de Rs. 500- 1.000 (US \$ 8-16) por mês e para algumas subiu para Rs. 2.000 (US \$ 32) por mês.

A Cooperativa de Cuidados Infantis de Sangini oferece uma abordagem integrada do cuidado das crianças, garantindo educação e as necessidades nutricionais e de saúde das crianças. Os centros recebem crianças desde o nascimento até os cinco anos de idade e cada centro pode cuidar de um máximo de 30 crianças. Há duas cuidadoras em cada centro; Elas são membros da SEWA e são escolhidas pela comunidade. Os membros da cooperativa são as trabalhadoras do cuidado infantil e as mães que enviam seus filhos para os centros. Um conselho composto de trabalhadoras do cuidado infantil e mães é eleito pelas cooperadas a cada três até cinco anos. O controle democrático por parte dos membros das cooperativas é um componente chave na garantia da qualidade do serviço (OIT 2016).

As mães pagam Rs. 150 (US \$ 2,2) por mês para o serviço de cuidado infantil, embora isso só cubra 10-15 por cento dos custos de funcionamento da creche. Os custos remanescentes da creche são cobertos por fundos governamentais, empreendimentos da SEWA e doações privadas. O financiamento governamental para o cuidado infantil diminuiu devido a cortes orçamentários, e a Cooperativa de Cuidados Infantis de Sangini também está recebendo menos dinheiro do governo. As cooperativas de cuidados infantis da SEWA têm escala limitada e só podem ser utilizadas pelos membros da SEWA. Elas não querem competir com o Esquema Integrado de



AHMEDABAD, ÍNDIA: Jyotsna Mahendra, uma professora na BALSEWA, administrada pela Associação de Mulheres Auto Empregadas (SEWA), um sindicato para mulheres auto empregadas no setor informal. Foto: Paula Bronstein/Getty Images Reportage

Desenvolvimento Infantil, público, oferecido pelo governo. Em vez disso, elas podem complementar os serviços públicos existentes de cuidado infantil e são um exemplo de como as trabalhadoras podem se organizar e gerenciar suas próprias creches se forem adequadamente apoiadas por fundos governamentais. A SEWA atua como um agente de monitoramento comunitário para os centros do ICDS; Ela trabalha ativamente com o ICDS e as trabalhadoras e trabalhadores desses centros para melhorar os serviços que oferecem, além de educar os membros da SEWA sobre os serviços disponíveis no ICDS e promover seu uso (Alfers e Arora 2016). A experiência da SEWA em organizar as trabalhadoras informais e administrar cooperativas de cuidado infantil indica que ela também está numa boa posição para se mobilizar para melhorar os serviços públicos de cuidados infantis.

Índia: Coalizão nacional pelo cuidado infantil – FORCES

O Fórum para Creches e Serviços de Cuidado Infantil (Forum for Crèche and Child Care Services, FORCES) é uma rede nacional de organizações pelos direitos das mulheres, das crianças e das trabalhadoras e trabalhadores na Índia, empenhada em melhorar os serviços de cuidado infantil desde a concepção até os seis anos de idade (Ray e Raman 2016). A rede argumenta que os direitos das crianças ao cuidado não podem ser separados dos direitos das trabalhadoras à seguridade social e a condições de trabalho dignas. A FORCES começou com 17 membros em 1989 e em 2015 tinha mais de 450 organizações membros em 10 estados na Índia.

Em 1975, a Índia fez um piloto e lançou os Serviços Integrados de Desenvolvimento Infantil para fornecer serviços de saúde, nutrição e cuidado infantil para crianças desde o nascimento até aos seis anos de idade e mães que estavam amamentando. Hoje, existem mais de 1,4 milhão de centros ICDS em toda a Índia, usados por 83 milhões de crianças. Este é um dos maiores serviços públicos de cuidado infantil no mundo. No entanto, há muitas preocupações sobre a qualidade e o alcance dos serviços.

O FORCES tem influenciado com sucesso políticas de cuidados infantis na Índia, usando várias estratégias diferentes. Em primeiro lugar, o FORCES promove os direitos legais em torno da maternidade e dos cuidados infantis onde estes já existem e defende novas legislações. O FORCES encorajou o governo a incluir os serviços de cuidado infantil na Lei Nacional de Garantia de Emprego Rural, para que as mulheres trabalhadoras informais possam se beneficiar dos programas de obras públicas. Em segundo lugar, o FORCES constrói alianças com outros grupos e coalizões da sociedade civil como a Jan Swasthya Abhiyan (Coalizão para os Direitos à Saúde), a Rede do Direito à Alimentação e a Coalizão para o Direito à Educação. Essas alianças chamam a atenção de outras organizações da sociedade civil para os direitos relacionados à maternidade e ao cuidado infantil e pode levar a mudanças em políticas. Por exemplo, a Lei sobre o Direito à Alimentação de 2013 exige que as necessidades alimentares e nutricionais das crianças com menos de seis anos e das mulheres grávidas e lactantes sejam atendidas através dos centros ICDS.



AHMEDABAD, ÍNDIA: Um grupo de mulheres assiste a um encontro nutricional sobre alimentos saudáveis no centro BALSEWA, que serve como creche e centro de reuniões. Foto: Paula Bronstein/Getty Images Reportage

Por fim, os membros do FORCES nos níveis estadual e nacional fazem campanhas para o cuidado de crianças. Em Deli, o FORCES recebeu 15.000 assinaturas e pressionou a mídia para dar destaque ao cuidado infantil na véspera das eleições estaduais em 2015. Em resposta, o partido político eleito se comprometeu com a construção de 300 creches públicas. No nível nacional, o FORCES quer fazer campanhas com outros aliados, como as trabalhadoras e trabalhadores dos cuidados infantis do sector público, contra a decisão do governo de reduzir o orçamento do ICDS e promover a privatização dos centros ICDS, passando-os a empresas privadas e ONGs (Ghosh 2013, Governo da Índia 2015).

Conclusão

Os exemplos mostram que há muitas ações diferentes que as trabalhadoras, trabalhadores informais e suas organizações podem fazer para atender às suas necessidades de cuidados infantis. A prestação de cuidados às crianças por meio de cooperativas e associações de mercado, como no exemplo da Índia e de Gana, pode ser uma forma de satisfazer estas necessidades quando os serviços públicos são inadequados ou estão indisponíveis. No entanto, cada um desses exemplos também destaca o papel que os

governos locais e nacionais devem desempenhar para apoiar e promover a prestação de serviços públicos de cuidado infantil de qualidade. Os sistemas de proteção social que visam proporcionar uma renda segura para todos os trabalhadores e trabalhadoras devem incluir serviços de cuidado infantil adaptados às necessidades das trabalhadoras informais - seus ganhos são tão baixos que têm de trabalhar para sustentar seus lares. Em cada exemplo, a força dos trabalhadores em exigir dos governos um maior apoio público aos serviços de cuidado infantil vem de dentro de suas próprias organizações e da colaboração em coalizões com outras organizações da sociedade civil. Assumir a oferta pública de cuidado infantil como parte de uma agenda mais ampla dos trabalhadores e trabalhadoras pode criar confiança no movimento e manter o engajamento das trabalhadoras e trabalhadores em suas organizações. O cuidado infantil de qualidade ajuda as trabalhadoras a obterem renda e redistribui o trabalho não remunerado delas com o cuidado. Também promete um futuro melhor para seus filhos, já que as crianças pequenas podem ir para creches, deixando tempo para que irmãos e irmãs mais velhos, especialmente as meninas, possam ir para a escola.



ACRA, GANA: A trabalhadora informal Hakia Latif carrega produtos na cabeça com sua criança nas costas no Mercado de Kantamanto Market.
Foto: Jonathan Torgovnik/Getty Images Reportage

Bibliografia

Alfers, Laura. 2016. "Our children do not get the attention they deserve: A synthesis of research findings on women informal workers and child care from six membership-based organizations." *WIEGO Child Care Initiative*. Durban: WIEGO.

Alfers, Laura and Kabir Arora. 2016. "Case Study: Child care Centres for the Children of Informal Economy Workers in Ahmedabad, India." Ahmedabad: WIEGO.

Association for Stimulating Knowledge & Know How (ASK). 2011. "SEWA Childcare: Impact Assessment Report for Year -2011." New Delhi: ASK.

FORCES-CWDS, SEWA and WIEGO. 2016. "Workshop on Campaign for Child Care for Informal Workers: Workshop Summary Report - 29-30 June 2016." New Delhi: FORCES.

Ghosh, J. 2013. "Privatising the ICDS?" *Frontline*. Disponível em: http://www.frontline.in/columns/Jayati_Ghosh/privatising-the-icds/article4710997.ece (acessado em 11 de outubro de 2016).

Government of India. 2015. "Ministry of Women and Child Development and Vedanta sign MoU to build 4000 'next generation' Anganwadis." Ministry of Women and Child Development, Delhi. 21-September-2015. Disponível em <http://pib.nic.in/newsite/PrintRelease.aspx?relid=127054> (acessado em 12 de outubro de 2016).

ILO. 2016. *Global Mapping of the Provision of Care through Cooperatives*. Geneva: ILO.

Ogando, Ana Carolina and Marina Brito. 2016. "Latin America Scoping Policy Exercise: Considerations on Child Care Services in Brazil and Peru." Belo Horizonte: WIEGO.

Ray, Savitri and Vasanthi Raman. 2016. "FORCES: Twenty-Five Years of Advocacy in Action." New Delhi: WIEGO.

Sobre a WIEGO: Mulheres no Trabalho Informal Globalizando e Organizando é uma rede global de pesquisa-políticas-ação que procura melhorar as condições de vida e trabalho dos trabalhadores pobres, especialmente mulheres, na economia informal. WIEGO constrói suas alianças ou oferece afiliação junto a: associações de trabalhadores informais, pesquisadores e estatísticos que estudam a economia informal e profissionais de agências de desenvolvimento interessados na economia informal. A WIEGO prossegue esses objetivos ao ajudar a construir e reforçar as redes de organizações de trabalhadores e trabalhadoras informais; realizando análises de políticas, pesquisas estatísticas e análise de dados sobre a economia informal; fornecendo recomendações sobre políticas e reunindo diálogos sobre políticas para a economia informal; e documentando e divulgando boas práticas em apoio à força de trabalho informal Para mais informações, veja: www.wiego.org

